

Corpo-território, trabalho e gênero: o corpo materno extensivo da casa durante a Ditadura

Gilmária Salviano Ramos

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Recebido em: 05 jan. 2026

Aprovado em: 13 jul. 2026

Publicado em: 31 ago 2026

O presente artigo é resultado de reflexões da dissertação de Mestrado, defendida em 2009, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

* Professora formadora do Ensino a distância na Licenciatura em História pela UAB/UFSC. Pós-doutora em História pelo PPGH da Universidade Estadual de Santa Catarina. Doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, com período sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris, sob o patrocínio do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES). Mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2006). E-mail: gilmariaramos@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6862-8289>

 <http://lattes.cnpq.br/4477173924685939>

Resumo

Este artigo analisa a lógica da divisão sexual do trabalho feminino no estado da Paraíba, entre as décadas de 1960 e 1970, sob a perspectiva de gênero. O recorte temporal compreende o período de expansão da indústria farmacêutica no Brasil, no qual mulheres das classes populares — em particular, as migrantes do campo para a cidade — recorriam a métodos contraceptivos como meio de evitar gestação não planejada e viabilizar a inserção no mercado de trabalho. A pesquisa fundamenta-se na análise de três jornais locais: *Diário da Borborema* (Campina Grande), *O Norte* e *A União* (João Pessoa)¹. Investigam-se as práticas discursivas de jornalistas, feministas, médicos-pediatras e poderes públicos acerca de temas como planejamento familiar, domesticidade, métodos contraceptivos, violências de gênero; práticas estas que, segundo os governos locais e nacionais, comprometeriam o futuro da nação. As reflexões pautadas nos referenciais teóricos de Helena Hirata e Kergoat (2007) e Jules Falquet (2010) discutem a ambivalência da invisibilidade do trabalho doméstico e os limites e possibilidades do conceito do corpo-território. Como resultado dessa investigação, observa-se que a feminização do trabalho doméstico contribui para a produção social de um corpo vulnerabilizado (Chatel; Soulet, 2003) e como um corpo-território (Longhurst, 1994; Cabnal, 2015; Segato, 2005) intrínseco à esfera privada, voltado ao cuidado da prole e do lar e moldado por imperativos morais.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; violências de gênero; vulnerabilidades biopolíticas; corpo-território; Ditadura civil-militar.

1 O *Diário da Borborema*, produzido em Campina Grande pelos Diários Associados, circulou entre 1957 e 2012, defendendo uma linha editorial vinculada à modernização urbana, ao desenvolvimento econômico e ao progresso regional. *A União*, fundado em João Pessoa em 1893 e, ainda em circulação, é produzido pelo Governo do Estado da Paraíba e caracteriza-se pela divulgação de atos institucionais, notícias políticas e conteúdos culturais. *O Norte*, criado em João Pessoa no início do século XX e encerrado em 2012, foi inicialmente administrado por seus fundadores, os irmãos Oscar e Orris Soares, sendo incorporado aos Diários Associados em 1954. Sua linha editorial passou da participação nas disputas políticas estaduais ao jornalismo comercial de circulação regional. Os três periódicos eram elaborados por proprietários ou órgãos mantenedores, diretores, redatores, jornalistas, fotógrafos, revisores e trabalhadores gráficos. Os preços variaram conforme a época, a moeda, o número de páginas e a modalidade de venda. Para mais informações, consultar: Silva et al., 2005.

Body-territory, labor, and gender: the maternal body as an extension of the home during the Military Dictatorship

Gilmária Salviano Ramos

Federal University of Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brazil

Received: 05th Jan. 2026

Approved: 13th Jul. 2026

Published: 31st Aug. 2026

This article results from reflections developed as part of a Master's thesis defended in 2009 in the Graduate Program in History at the Federal University of Pernambuco.

* Instructor in the Distance Learning History Teacher Education Program at the Open University of Brazil/Federal University of Santa Catarina (UAB/UFSC). Postdoctoral Researcher in History at the Graduate Program in History (PPGH), Santa Catarina State University (UDESC). Holds a Ph.D. in Cultural History from the Federal University of Santa Catarina (UFSC), including a doctoral sandwich period at the École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, funded by the CAPES Doctoral Sandwich Program Abroad (PDSE/CAPES). Holds an M.A. in History from the Federal University of Pernambuco (UFPE, 2009) and a B.A. in History from the Federal University of Campina Grande (UFCG, 2006). Email: gilmariaramos@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6862-8289>

 <http://lattes.cnpq.br/4477173924685939>

Abstract

This article analyzes the logic of the sexual division of female labor in the state of Paraíba between the 1960s and 1970s from a gender perspective. The timeframe covers the expansion period of the pharmaceutical industry in Brazil, during which working-class women — particularly female migrants from the countryside to the city — resorted to contraceptive methods as a means to avoid unplanned pregnancies and enable their insertion into the labor market. The research is grounded in the analysis of three local newspapers: *Diário da Borborema* (Campina Grande), *O Norte*, and *A União* (João Pessoa). It investigates the discursive practices of journalists, feminists, pediatricians, and public authorities regarding themes such as family planning, domesticity, contraceptive methods, and gender violence; according to local and national governments, these practices would jeopardize the nation's future. The reflections, based on the theoretical frameworks of Helena Hirata and Kergoat (2007) and Jules Falquet (2010), discuss the ambivalence of the invisibility of domestic work, as well as the limits and possibilities of the body-territory concept. As a result of this investigation, it is observed that the feminization of domestic work constitutes the vulnerable body as a social production (Chatel; Soulet, 2003) and as a body-territory (Longhurst, 1994; Cabnal, 2015; Segato, 2005) intrinsic to the private sphere, geared toward childcare and homemaking, and shaped by moral imperatives.

Keywords: Domestic work; gender violence; biopolitical vulnerabilities; body-territory; civil-military dictatorship.

Introdução

Durante muito tempo, a força de trabalho feminina permaneceu amplamente ignorada ou invisibilizada. Sob os governos civis-militares, a corporeidade feminina, enquanto produtora do espaço privado e inscrita em uma economia moral do cuidado, tornou-se um investimento estratégico do regime: o lar subsistia precisamente pela manutenção de um trabalho corporal contínuo. Ao mesmo tempo, esse discurso fundamentava-se na vulnerabilização de um corpo exausto, porém invariavelmente disponível e presente, fosse pelo peso do trabalho invisível, pela violência doméstica ou pelas precárias estratégias de sobrevivência econômica. Cabe aqui a questão: como os discursos médicos, jornalísticos e estatais produziram o corpo materno como extensão do espaço doméstico?

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), “trabalho” não é apenas emprego, salário ou atividade produtiva, mas um sistema de relações sociais que estrutura desigualdades, hierarquias e formas de dominação entre homens e mulheres. Elas rompem com a definição restrita de trabalho como “atividade produtiva visível” e afirmam que o trabalho reprodutivo e doméstico é tão central quanto o produtivo, embora permaneça invisibilizado pelo capitalismo e pelo patriarcado.

Este artigo traz reflexões sobre como o corpo feminino foi forjado pelos discursos de poderes públicos, igreja, imprensa, médicos e agentes governamentais, consolidando-se como um dispositivo de poder voltado à maternidade e ao ambiente doméstico em um momento em que os governos civis-militares investiram pesadamente na temática da maternidade guardiã e âncora do futuro da nação. Esse discurso visava à constituição de uma sociedade “moralmente saudável”, servindo às estratégias políticas e aos projetos globais dos governos civis-militares.

O objetivo é compreender como os discursos de agentes públicos, médicos e jornalistas associaram as mulheres pobres à maternidade e ao trabalho doméstico, reforçando formas de controle sobre seus corpos e sua autonomia. Observa-se como as estratégias de globalizar o trabalho doméstico baseiam-se na reorganização da violência, notadamente a física e a patrimonial, comprometendo a autonomia profissional de muitas mulheres no mercado de trabalho. Para alcançar o objetivo, serão problematizados os discursos de médicos, pediatras, feministas e governos, a partir de três jornais locais: O *Diário da Borborema*, da cidade de Campina Grande, O

Norte e *A União*, da capital João Pessoa. Ao transformar essas fontes em evidências históricas, é possível analisar os discursos jornalísticos, médicos e governamentais que circularam nos três periódicos acerca das experiências das mulheres em busca de formação profissional como forma de sobrevivência. Muitos dos debates vinham acompanhados de outras polêmicas articuladas ao planejamento familiar — discurso fundante da pauta de governos militares — e à pílula anticoncepcional, diretamente relacionada a casos de abortos clandestinos. Tais questões eram apresentadas sob a alegação de que aquelas práticas impediriam o desenvolvimento econômico da sociedade paraibana, em particular, e da brasileira, por extensão, pautada por uma perspectiva política de que o Brasil seria o “país do futuro”.

À época, os discursos jornalísticos utilizavam predominantemente a nomenclatura “mulher”, referindo-se à figura feminina no singular. Aqui opta-se pelo plural “mulheres”, pois não se trata de uma identidade única, estática ou permanente, mas de um grupo com dinâmica própria, ainda que o termo no plural não esgote a totalidade das singularidades e demandas sociais femininas. A fundamentação teórica baseia-se no pensamento da filósofa Judith Butler (2003), para quem o gênero não deve ser compreendido como algo coerente ou consistente entre os diferentes contextos históricos, mas como um conceito em constante movimento.

Os discursos do período da ditadura civil-militar negligenciam singularidades e visões que divergem do modelo “mulher-mãe” — universal e homogêneo — recorrente nos periódicos da época. Desde os anos 1930, observava-se no Estado a propagação de numerosos manuais devocionais que reafirmavam o lugar do corpo feminino no espaço doméstico. Segundo esses discursos, o destino das mulheres seria a maternidade e o cuidado com os afazeres domésticos, em um momento em que os governos em âmbito nacional falavam sobre o bem-estar social do país. Essa forma de pensar se estende até as décadas de 1960 e 1970, em que o lugar das mulheres estava reservado ao espaço privado, muito embora essa regra de conduta não se aplicasse às mulheres pobres que começavam a trabalhar desde muito jovens como forma de sobrevivência, nos diversos espaços da cidade, como lavadeiras, empregadas domésticas, engomadeiras, vendedoras de doces nas feiras, entre outros (Sousa, 2001).

Ancorada em um modelo centrado na esfera familiar e nas etapas precoces da vida, a maternidade era concebida como a única e genuína vocação das mulheres paraibanas, restringindo seu papel social ao ato de parir e cuidar dos filhos. Aquelas que contestassem essa forma de pensamento eram prontamente marginalizadas pelo discurso religioso, razão pela qual a Igreja Católica liderou a oposição ao uso de métodos contraceptivos. Tal resistência contribuía para restringir a autonomia reprodutiva e dificultava a ampliação da presença feminina no mercado de trabalho. Esse discurso proscritivo não era exclusivo da Igreja, sendo endossado por médicos, juristas e setores da imprensa local na segunda metade do século XX.

Trabalho, domesticidade e construção social da maternidade

Entre 1960 e 1970, o Estado da Paraíba entrava, de forma significativa, em um processo de transformações políticas, sociais, culturais, econômicas que modificariam sua configuração histórica de modo sensível, tanto no aspecto político quanto no moral/pedagógico. Trata-se de transformações que carregavam as marcas do Golpe Civil-Militar de 1964 na história do Brasil; aparecem, ainda, de maneira emblemática no desenvolvimento das tecnologias farmacêuticas, como os meios contraceptivos, no crescimento populacional que ultrapassava as expectativas de vida e nos movimentos feministas.

Ao mesmo tempo, o discurso que associava as mulheres ao cuidado doméstico fundamentava-se, segundo a imprensa local, na emergência de movimentos e ideias feministas que circulavam entre Europa, Estados Unidos e Brasil. Fossem mulheres de letras ou militantes, sindicalistas ou filósofas, romancistas ou operárias, as teóricas feministas traziam à luz as engrenagens da mecânica patriarcal, revelando sua dimensão sistêmica e a essência de seu enraizamento. Não obstante, essa “ideia de patriarcado universal não necessariamente apaga as diferentes formas que esse assume segundo os contextos” (Abreu, 2013, p. 566). No caso da Paraíba, o patriarcado aparecia vinculado a questões outras de cunho simbólico, pautadas pelas maneiras de ver e dizer as mulheres-mães que precisavam trabalhar para sustentar seus filhos e, ao mesmo tempo educá-los no interior do lar para um futuro promissor. A Ditadura militar no Brasil, com seu discurso moral voltado para a preservação da família brasileira,

reforçou os chamados valores e princípios morais, em particular, nos quesitos do casamento e da sexualidade das menores de 18 anos” (Ramos, 2023, p. 25).

As transformações sociais observadas na Paraíba entre as décadas de 1960 e 1970 — especialmente no que se refere à maternidade, a circulação de discursos médico-higienistas e a naturalização do trabalho doméstico como destino feminino — podem ser compreendidas, de maneira ampliada, à luz das reflexões propostas por Jules Falquet e demais autoras de *Le sexe de la mondialisation*. Embora Falquet analise configurações posteriores da mundialização neoliberal, sua abordagem permite observar continuidades na transferência dos custos da reprodução social para as mulheres. Para Falquet (2010), a globalização neoliberal possui um “sexo”, pois reorganiza e aprofunda a divisão sexual e internacional do trabalho, produzindo novas formas de exploração sobre os corpos femininos e racializados. Nessa dinâmica, as mulheres são afetadas de maneira diferente dos homens, e o gênero é configurado como um princípio organizador da globalização neoliberal. “As mulheres são, ao mesmo tempo, uma força de trabalho capital para o trabalho remunerado e não remunerado, uma fonte de lucro, e, simultaneamente, um dos grupos sociais mais ativos na análise e implementação de lutas alternativas” (Falquet, 2010, p. 13). Além disso, como afirma Falquet (2015),

disso decorre — e não é uma ironia menor — que as agências internacionais de desenvolvimento, com a ONU à frente, atribuem agora todas as virtudes à figura da “mulher do Sul” (após tê-la apresentado como analfabeta, dependente e miserável), sobre quem pesa agora a responsabilidade de preservar seu meio ambiente, além daquela de produzir, educar e alimentar as gerações futuras (Falquet, 2015, p. 7).

A mundialização do capital assenta-se na intensificação da desigualdade, deslocando para as mulheres pobres — sobretudo das periferias urbanas e rurais — a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, afetivo e doméstico, indispensável ao funcionamento da economia nacional, mas sistematicamente desvalorizado e invisibilizado. Kennedy et al. (2024) argumentam que, para entender a violência doméstica contemporânea, é fundamental analisar como o patriarcado se articula historicamente às estruturas de classe, raça e território, produzindo diferentes regimes de vulnerabilidade. No contexto da Paraíba a violência doméstica não resultava apenas de conflitos privados, mas fazia parte de uma tecnologia de poder

estatal que reforçava a subordinação das mulheres, sobretudo as pobres, negras e rurais, ao espaço doméstico, mantendo-as invisibilizadas às esferas de participação pública e política.

A crescente valorização da criança e, por extensão, da família brasileira, especialmente a partir de 1964, inscreve-se num processo mais amplo de reorganização moral e política do país sob a ditadura militar. Como analisa Carlos Fico (2017), o regime investiu de forma significativa na construção de uma pedagogia autoritária, pautada por “mecanismos rigorosos de controle da sociedade” (p. 58), isto é, da vida privada e da moral familiar, reforçando modelos familiares hierarquizados, moralizados e alinhados ao projeto de ordem social pretendido pelos militares; nesse contexto, a família nuclear passou a ser apresentada como célula fundamental da estabilidade nacional e da contenção de conflitos sociais. Essa ênfase estatal dialoga com a crítica formulada por Elizabeth Badinter (1985) sobre a construção moderna da maternidade e da infância, pois, segundo a autora, a idealização do amor materno e a sacralização da criança funcionam como dispositivos de normatização que produzem expectativas rígidas de comportamento feminino e ampliam as exigências de dedicação integral ao lar.

Assim, a convergência entre discurso estatal e moralidades familiares reforçou a centralidade da mãe como agente da ordem doméstica e responsável pelo desenvolvimento infantil, o que intensificou sua responsabilização e consolidou o trabalho doméstico e de cuidado como pilares silenciosos da reprodução do projeto político autoritário. Nesse sentido, o lar se configura como um espaço vulnerabilizado e vulnerabilizante. Os discursos que passaram a investir na reprodução da ideia de maternidade, tendo em vista alcançar o projeto de um país habitado por indivíduos saudáveis, emergiram em fevereiro de 1960, quando o jornal *A União* divulgou uma reportagem escrita pelo promotor e colaborador de *A União*, Aurélio de Albuquerque², o qual indicava as más condições de vida que algumas mães pobres vivenciavam.

Segundo Albuquerque, as mulheres pobres seriam compensadas por seus sacrifícios por meio de atitudes como humildade e resignação, e, em razão disso, devia-se “homenagear as mais devotadas ao lar, onde se sentem perfeitamente bem,

2 Artigo de opinião jornalística de Aurélio de Albuquerque. *A União*, João Pessoa, 16 de fevereiro de 1960, p.5.

agarradas aos seus filhos, muitas delas dando tudo para não comparecer a uma repartição e ficar ao lado de seus filhinhos queridos”. O discurso sugeria ainda que as mães deveriam restringir-se ao espaço privado, protegendo seus filhos e cuidando dos afazeres do lar. O corpo materno era, assim, espacialmente associado ao lar, à domesticidade e ao cuidado, sendo representado como um corpo privado e passível de controle (Longhurst, 1994).

Os métodos de atenção à criança³ e ao adolescente deviam resultar de atitudes programadas por parte das mães, pois a elas era atribuída a responsabilidade de perceber as necessidades somáticas e psíquicas da criança durante o seu desenvolvimento. Assim, para muitos médicos pediatras e jornalistas, as mães apareciam como o pilar da sociedade e da nação. Elas teriam de estar diretamente envolvidas na educação e na formação das crianças, haja vista serem as pessoas mais próximas dos filhos. Reafirmava-se o modelo mulheres-mães, voltado para a ideia de vigilância e controle exercidos sobre os comportamentos individuais femininos; elas deveriam representar um papel supremo, de protagonistas da moralidade e dos bons costumes com vistas ao processo de desenvolvimento do Estado.

Em janeiro de 1971, o jornalista Francisco Feitosa⁴ afirmou que os educadores e sociólogos brasileiros concebiam as crianças como sendo o futuro e a esperança de uma nação. Esta declaração indica como era construída a necessidade de se promover atenção especial aos nasciturnos, objetivando certos regulamentos políticos para que o projeto de desenvolvimento em todos os níveis fosse levado adiante segundo os discursos dos governos militares. Além disso, procurava-se reafirmar um lugar central para a criança, ao trazer vários debates do campo da medicina pediátrica, a qual se especializava em estudar os comportamentos materno-infantis, à medida que os manuais médicos apontavam para os cuidados necessários para com o recém-nascido, de modo que, a cada década que se passava, essa preocupação se tornava mais expressiva. Pediatras e obstetras chamavam a atenção para as influências de vários

3 Artigo de opinião de Francisco Feitosa. -Criança, a eterna esperança|. *Diário da Borborema*, 28 de janeiro de 1971, nº 4274, p. 3. Esse discurso aparecia em vários manuais médicos à época e era divulgado tanto pela imprensa local quanto nacional. Para conferir esta informação ver: MARTINS FILHO, José. Assistência ao recém-nascido. In: PINOTTI, José Aristodemo; SABATINO, José Hugo (Org.). *Medicina perinatal*. Campinas: Editora da Unicamp, 1987. p. 379.

4 Artigo de opinião jornalística: *O Estado e a criança. A União*, João Pessoa, 29 Ago. 1973, nº. 3.427, p. 3.

fatores ligados aos cuidados maternos: medicamentos, doenças durante a gestação, amamentação, higiene, vacinação, etc. Esses profissionais se empenhavam em estudar o comportamento do recém-nascido durante e após o parto, a fim de compreender o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, tendo em vista o grande índice de mortalidade infantil⁵ que os discursos médicos e jornalísticos atribuíam à pobreza e à suposta falta de instrução das mães.

A produção desse discurso constituía uma estratégia voltada ao bem-estar da sociedade, com base na intervenção dos governos civis-militares nas condutas das populações, visando ao equilíbrio da nação; uma política de estabilização sob a perspectiva da regulamentação da vida. À medida que tais representações apontavam que os filhos deviam ser cuidados, de acordo com as normas higienistas do Estado e as diretrizes de saúde pública centradas numa educação abalizada, as mães deviam adotar normas alimentares capazes de assegurar à criança brasileira, principalmente à criança pobre, condições de saúde⁶ para que sobrevivesse.

Nesse sentido, o trabalho feminino na esfera doméstica era pensado como produtor do lar como espaço material e afetivo, mas também como uma extensão da nação brasileira. E, portanto, produzia-se também a vulnerabilidade das mulheres, pois se sustentava uma forma de organização social que naturalizava sua disponibilidade, silenciava sua agência e desvalorizava sua contribuição. Compreender o lar como um produto do trabalho e não um fenômeno “natural” denota como o espaço doméstico operava como tecnologia de gênero (Hirata; Kergoat, 2007); que a vulnerabilidade não é um estado, mas um processo contínuo, reproduzido pela divisão sexual do trabalho; e que a violência doméstica — especialmente visível na Paraíba nas décadas de 1960 e 1970 — está ancorada nesses regimes de vulnerabilização do corpo e da vida feminina (Kennedy *et al.*, 2024). A vulnerabilidade social das mulheres a partir de regimes autoritários que defendiam sua confinamento ao lar criava condições para a violência doméstica, simbólica, econômica e física.

Hirata e Kergoat (2007) são referências centrais para a compreensão do conceito de “divisão sexual do trabalho”, entendido como uma construção social e

5 Artigo de opinião jornalística. Mortalidade infantil: campanha da Tabajara|. *A União*, João Pessoa, 23 de março de 1962.

6 Artigo de opinião jornalística -O Estado e a criança. *A União*, 29 de agosto de 1973, nº 3.427, p. 3.

histórica que distribui tarefas, responsabilidades, além de conformar poderes desiguais entre homens e mulheres. A bipolarização do emprego feminino, ponto de convergência entre os países do Norte e do Sul, desencadeou a criação de novos empregos, porém vulneráveis e precários. A divisão sexual do trabalho opera com dois princípios fundantes: o princípio da separação, em que há trabalhos “de homens” e “de mulheres” — sendo a esfera pública (política, produção, trabalho remunerado) atribuída aos homens, enquanto a esfera privada (casa, cuidado) é atribuída às mulheres; e o princípio da hierarquia, segundo o qual os trabalhos atribuídos às mulheres são desvalorizados social e economicamente (Hirata; Kergoat, 2007). Mesmo quando mulheres entram na esfera pública, seu trabalho é visto como complementar ou secundário. Esses princípios estruturam o pensamento de que o lugar “natural” das mulheres é o lar, e que sua identidade como sujeito-mãe está intrinsecamente ligada ao cuidado e à domesticidade. Desse modo, é possível perceber uma naturalização do trabalho reprodutivo, por meio da qual o trabalho doméstico era visto como “não trabalho” ou um trabalho ordinário, invisibilizando-se seu valor econômico e social e associando-o ao cuidado e à afetividade como inerentes à conduta feminina.

Nesses termos, observa-se que as relações sociais de gênero operam de formas assimétricas, hierarquizadas, antagônicas, opressoras e em níveis de exploração, as quais estruturam as divisões sexuais do trabalho, do saber e do poder (Hirata, 2007). Existe forte imbricação entre relações sociais de gênero e outras relações sociais, como as de classe, de raça/etnia e de geração; apenas a referência ao entrecruzamento desse conjunto de relações sociais pode explicar as discriminações de que são objeto os indivíduos. O trabalho com perspectiva de gênero aqui constatou as dimensões de trabalho, maternidade e espaço doméstico nos níveis local/regional, nacional e global, com enfoque nos desafios enfrentados pelas mulheres pobres paraibanas, como baixos salários, precarização e desvalorização. A esse respeito, a importância de abordagens interseccionais, feministas e transnacionais tornam-se relevante para pensar os sujeitos históricos dentro do contexto das novas perspectivas teóricas.

Ao analisar as relações de gênero em torno do corpo que gesta e da maternidade, Longhurst (1994) mostra que o corpo feminino sempre foi vigiado e normatizado; é considerado “fora do lugar” no espaço público; é lido como excessivo ou inadequado para certos ambientes; e é permanentemente remetido ao espaço da

casa, onde supostamente “pertence”. Essa proposição tem implicações diretas na justificação do trabalho doméstico como atribuição feminina. Trata-se de uma questão espacial e também geopolítica, especialmente quando são corpos racializados e sexualizados a partir da instrumentalização do poder. Johnston e Longhurst (2010) concebem o corpo como produtor do espaço por meio das práticas cotidianas. Nesse sentido, o trabalho de cuidar dos filhos, amamentar, educar, assim como limpar, cozinhar, lavar e organizar objetos, consiste em um produto da geografia social e das experiências e práticas corporais repetitivas que produzem o lar como esfera culturalmente marcada, controlada e construída como extensão do corpo feminino, enquanto o trabalho doméstico é visto como expressão natural desse corpo.

Essa forma de pensamento demarcou desigualdades profundas nas relações de gênero, reforçando estereótipos e obscurecendo normas de controle e discriminação em relação às mulheres pobres paraibanas. Desse modo, o trabalho doméstico não se realiza apenas dentro de casa; ele mesmo configura a própria prática que constrói o lar enquanto lugar doméstico (Johnston; Longhurst, 2010). Nesse sentido, a articulação entre trabalho doméstico e maternidade é indissociável das representações de gênero.

Articuladas às discussões sobre vulnerabilidade corporal e biopolítica, as análises desses autores permitem compreender que o trabalho doméstico não apenas organiza o espaço do lar, mas também limita a circulação, a autonomia e a agência das mulheres, dinâmica que se torna ainda mais visível em contextos como o da Paraíba, onde a divisão sexual do trabalho estruturava tanto as expectativas sobre maternidade quanto a naturalização da violência doméstica. Beatrice Zucca Micheletto (2014) endossa esse argumento, demonstrando que a associação histórica entre mulheres e atividades domésticas não deriva de uma suposta aptidão natural, mas de um conjunto de processos sociais e jurídicos que, ao longo do tempo, estruturaram o lar como um espaço de exploração sistemática do trabalho feminino. Zucca Micheletto indica que o labor doméstico se assenta em três pilares centrais: naturalização, gratuidade e obrigatoriedade moral — elementos que o deslocam da esfera dos direitos e o inscrevem na lógica da disponibilidade permanente do corpo feminino.

Governo da reprodução: biopolítica, contracepção e controle sexual

Em dezembro de 1964, o jornal *Diário da Borborema* publicou o pronunciamento do médico Adalberto Cesar, concedido à TV Borborema, por meio do qual podemos observar como eram articuladas por esses discursos as tentativas de modificações nos costumes:

A onda de casamentos estéreis e o desejo comum entre os casais de não ter filhos deve despertar a nossa atenção, e a ação conjunta do combate sistemático aos meios anticoncepcionais. Necessário se torna uma ação conjunta médico-social no intuito de exterminar de início a semente nefasta, que dia a dia vai se alastrando em todas as camadas sociais, em proporções assustadoras, despertando no coração dos casais, o interesse pelas novas gerações.⁷

Os discursos de médicos, religiosos e agentes governamentais contribuíam para associar os movimentos feministas a uma ameaça à família e à moralidade. Essas representações eram refletidas e circuladas nos impressos locais do Estado da Paraíba, interferindo nos modos de conduta e comportamentos tanto de homens como de mulheres. A rubrica era acompanhada de um toque de miséria social, pelas mudanças de hábitos promovidas pelos higienistas e sanitaristas e pelas campanhas e pelos programas sociais com vistas à reorientação das mulheres no cuidado com os filhos, como cuidados para com a amamentação, valorização do papel das mães no seio da família, entre outros indicativos. As casas, como lares socializados, deveriam acolher os rebentos, “os nasciturnos”, e construir uma relação harmoniosa entre família e sociedade.

Na encruzilhada de acontecimentos políticos e sociais, emergiam discursos sobre a contracepção e aborto, prostituição, violência sexual, divórcio, enquanto médicos e sexólogos eram jogados na urtiga, todos querendo afirmar suas verdades. Enquanto o Estado proclamava que os rebentos eram propriedades humanas sob sua tutela, muitas mães pareciam ir de encontro àquelas normas mostrando que o poder delas estava no útero, mas também em suas mãos - haja vista o alto índice de abortos clandestinos e infanticídios registrados pelos jornais. O fato é que para além do ideal

⁷ Palestra concedida à TV Borborema, pelo ginecologista Adalberto Cesar, Hospital Alcides Carneiro –IPASE no ano de 1964. *Diário da Borborema*, 11 de dezembro de 1964, nº 2254, p.8.

da maternidade social, seus desejos, ou as dificuldades enfrentadas para se criar os filhos falavam mais alto.

Segundo o jornal *O Norte* (1960), buscava-se um tratado sociomoral para o regimento das novas tendências da juventude frente à sociedade. Fazia-se necessário reeducar certos comportamentos femininos que pudessem comprometer o nascimento dos futuros rebentos para o país; essas representações estavam ligadas à sexualidade feminina, especialmente no que dizia respeito às doenças sexualmente transmissíveis, à subjetivação do uso de métodos contraceptivos e às discussões em torno da ideia de que era preciso orientar as mães para o ato de amamentar e cuidar dos filhos.

A partir dos três volumes de *História da sexualidade*, particularmente de *A vontade de saber* (1988), o tema sexual pode ser compreendido não como uma realidade reprimida ou mantida em silêncio, mas como um campo atravessado por múltiplas instâncias de produção discursiva. Essas instâncias organizam tanto aquilo que pode ser enunciado quanto os silêncios, as interdições e as formas autorizadas de falar sobre o sexo. Ao produzirem discursos, também constituem relações de poder e regimes de saber que classificam condutas, definem normas e estabelecem verdades sobre os corpos e os sujeitos. Como observou Foucault, é “necessário buscar as instâncias de produção discursiva, de produção de poder e de produção de saber, considerando que elas podem interditar determinadas práticas e discursos, organizar silêncios e fazer circular erros, desconhecimentos sistemáticos e formas específicas de verdade” (Foucault, 1988, p. 19).

Essa forma discursiva justificava-se pela demanda dos “novos tempos” de explicar a necessidade de trabalhar com um tema de grande relevância social na chamada era da revolução sexual. Desde 1960, os dados demográficos eram interpretados por jornalistas como sinais de uma suposta crise familiar e os índices de nascimentos ilegítimos e desquites⁸ disparavam; as feministas pregavam a revolução sexual, ao passo que outros sujeitos históricos defendiam a heterossexualidade e “os prazeres da carne”. Enquanto as práticas sexuais continuavam sendo noticiadas, por meio dos escritos e conselhos de sexólogos em revistas e jornais da época, a era da

8 Somente a partir de 1977 é que o divórcio foi instituído legalmente no Brasil.

ordem sexual vigente constatava, cada vez mais, a necessidade de se abordar o tema nas pesquisas acadêmicas.

A gravidez e a sexualidade reforçam a associação entre mulher e espaço do afeto e da reprodução. Isso produz uma geografia de gênero em que o lar é entendido como o “lugar natural” do corpo feminino, enquanto o espaço público é historicamente associado ao corpo masculino. Assim, a crença de que a mulher “pertence ao lar” é reforçada não só por normas sociais, mas por representações do próprio corpo como adequado ao cuidado doméstico.

Em oposição à emancipação feminina e, particularmente, à liberdade sexual, o articulista Alves Teixeira, do jornal *Diário da Borborema* (Campina Grande), manifestou-se na década seguinte, em 1978, com base em discursos higienistas. Inspirado por campanhas de educação sanitária e em diretrizes de médicos da Organização Mundial da Saúde, Teixeira mobilizava uma retórica que vinculava o tratamento da sexualidade pelo Estado tanto às questões de saúde pública e prevenção das doenças venéreas quanto à preservação da ordem moral. O autor instava os médicos a alertarem as jovens de que “qualquer corrimento ou ulceração nas partes genitais era suspeito de moléstia venérea, até que se provasse o contrário”⁹. Defendia, por conseguinte, a realização de campanhas educativas, especialmente nas escolas, por considerar que as jovens começavam a despertar para a vida sexual. Em seu discurso, os movimentos feministas incitavam as mulheres à prática de relações sexuais extraconjugais, representando, assim, uma ameaça simultaneamente moral e sanitária.

Violências, colonialidade e o corpo-território

Os estudos de Socorro Cipriano (2002), de Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (2001) demonstram que, na Paraíba, a violência doméstica constitui um fenômeno historicamente enraizado nas formas locais de organização familiar e nas desigualdades estruturais de gênero. Os autores mostram que, mesmo após a redemocratização do país, persistem padrões que atribuem às mulheres a responsabilidade central pelo trabalho doméstico e pelo equilíbrio moral do lar,

9 Artigo de opinião de Alves Teixeira, *Diário da Borborema*, Campina Grande, 1978, p. 2.

reforçando uma cultura de tolerância às agressões masculinas quando consideradas respostas à suposta “falha” feminina em suas obrigações cotidianas.

Cipriano e Bezerra de Sousa apontaram ainda que as instituições encarregadas de atuar nesses casos — delegacias, postos de saúde, assistência social — frequentemente reproduzem discursos que responsabilizam as vítimas, retroalimentando a invisibilidade e a continuidade da violência. A esse respeito, a Paraíba revela um quadro em que o trabalho doméstico funcionava como ferramenta legitimada de correção, produzindo o espaço doméstico como território de vulnerabilidade persistente, por meio do qual o corpo feminino permanecia exposto a práticas de controle e punição profundamente naturalizadas e colonizadas.

As representações sobre maternidade, domesticidade e controle do corpo feminino que circularam na Paraíba durante as décadas de 1960 e 1970 articulavam-se a uma estrutura mais profunda de desigualdades sociais que produzia e legitimava a violência doméstica pautada pelas diferentes formas de cuidar e de reinventar as relações com a maternidade.

De outra parte, a sociedade paraibana vivenciava formas distintas de violências nos espaços públicos e privados, em particular, na capital João Pessoa. O denominado “monstro do Roger”¹⁰ — assim chamado pelos articulistas em referência ao bairro da cidade — foi um dos que mais causaram trabalho ao secretário de Segurança Geraldo Luiz da Silva. De modo um tanto audacioso, costumava enviar “vários recados à Polícia dizendo que não se entrega e tem muita disposição para enfrentar os representantes da lei”. Além disso, destacava-se por atuar munido de uma “faca peixeira”, utilizada “nos seus constantes ataques contra mulheres indefesas”, após “satisfazer os seus instintos bestiais”, submetendo-as “a tôda espécie de aberrações sexuais”.

Embora Rita Segato (2005) examine um contexto marcado pelo feminicídio e pela violência extrema, sua formulação teórica sobre a expropriação do espaço-corpo auxilia, em outra escala analítica, a compreensão das relações de controle no espaço doméstico. À luz de Segato, entretanto, essas práticas não devem ser explicadas como manifestações de um “instinto sexual”, de uma anormalidade individual ou de um distúrbio mental, pois os crimes sexuais constituem expressões de uma estrutura

10 BANDIDO incendeia casebres e violenta mulheres. *O Norte*, João Pessoa, n. 4899, p. 4, 12 set. 1970. NARCOTIZADA e violentada por três tarados. *O Norte*, João Pessoa, n. 557, p. 2, 21 jun. 1971.

simbólica enraizada que organiza as relações de poder. A violência sexual praticada pelo chamado “monstro do Roger”, assim como os recados dirigidos à polícia, assumia uma dimensão expressiva e comunicativa: por meio do controle do corpo das mulheres e do desafio aos representantes da lei, o agressor procurava demonstrar poder, capacidade de domínio e disposição para confrontar a autoridade estatal. O estupro, nessa perspectiva, não se restringia à satisfação sexual, mas correspondia à expropriação do controle da vítima sobre seu próprio “espaço-corpo”, convertendo-se em uma afirmação de soberania exercida pelo agressor sobre o corpo do outro (Segato, 2005, p. 270).

Corpos femininos eram produzidos, por meio daqueles discursos, como corpos-territórios (Cabnal e Falquet, 2015), os quais abrangiam tanto o mundo do trabalho doméstico e a esfera da maternidade quanto os espaços públicos, como as praças, as feiras, os açudes. Lorena Cabnal compreende a noção de corpo-território no âmbito do feminismo comunitário. Em entrevista concedida a Jules Falquet (2015, p. 73-89), Cabnal distingue *corpo-território* e *território-terra*, ressaltando que a violência patriarcal e colonial se exerce simultaneamente sobre corpos femininos e sobre os espaços que esses corpos produzem e sustentam. Durante o período da ditadura militar, o Estado implementou ações institucionais, a exemplo da criação de políticas públicas de planejamento familiar, como a *Sociedade Civil para o Bem-Estar Familiar no Brasil – BEMFAM*.

Essa política de governo permite compreender o trabalho doméstico como prática de produção territorial — física, simbólica e afetiva — e a maternidade como tecnologia política de controle e exploração, especialmente em contextos autoritários. Ao afirmar que o corpo das mulheres constitui o primeiro território colonizado, a autora desloca a análise do espaço doméstico do campo da intimidade para o da política, indicando como a exploração do trabalho reprodutivo e a normatização da maternidade operavam como formas de controle territorial. No contexto situado do estado da Paraíba, marcado por desigualdades regionais, racialização do trabalho e autoritarismo estatal, o lar converteu-se em um espaço estratégico de governamentalidade: nele se disciplinavam corpos femininos por meio da naturalização da maternidade, da moralização do cuidado e da invisibilização do trabalho doméstico. Assim, a casa não aparece apenas como cenário da reprodução

social, mas como território político apropriado por discursos médicos, jurídicos e jornalísticos que buscavam regular a força de trabalho das mulheres negras, pardas e pobres, produzindo uma maternidade compulsória funcional ao projeto político da Ditadura em um momento em que os governos civis-militares investiram, de forma significativa, nos discursos sobre família e práticas obstétricas como dispositivos de controle do corpo-território materno.

A noção de corpo-território permite deslocar a casa do domínio exclusivamente privado para o campo das relações políticas. Rita Laura Segato, por sua vez, demonstrou que a soberania se expressa pela expropriação do controle da mulher sobre seu “espaço-corpo” e pela transformação do corpo do outro em anexo de um território dominado (Segato, 2005, p. 270-271). Essa relação pode ser percebida nos discursos que subordinavam o corpo feminino à maternidade, ao cuidado dos filhos e à manutenção do lar.

Durante aquele período de estado de exceção, o espaço doméstico na Paraíba deixou de ser apenas um âmbito privado para converter-se em um laboratório político em que se buscava disciplinar os corpos e reproduzir determinadas normas morais e raciais. O maior número de filhos para alimentar, educar, orientar, enfim, proporcionar todas as melhores condições de vida não seria uma questão privada, de ordem individual ou dos casais, mas sim no sentido de que afetava diretamente o Estado e, que, portanto, faria parte da competência das ações institucionais, a exemplo da criação de políticas públicas de planejamento familiar, como a *Sociedade Civil para o Bem-Estar Familiar no Brasil – BEMFAM*, criada pelos governos militares em 1965 com esta finalidade.

Ler a casa como corpo-território permite observar que práticas de cuidado, dispositivos médicos e discursos jornalísticos sobre maternidade não dizem respeito somente à esfera íntima: são técnicas de governo que inscrevem no corpo das mulheres — em especial das mulheres negras e pobres — pressões sobre sua capacidade reprodutiva, mobilidade e autoridade sobre o próprio lar. Assim, a maternidade é simultaneamente política e corporal, um campo onde o Estado, o saber médico e as normas patriarcais se intersectam para produzir ordem social a partir da violência. Embora a legislação e o próprio vocabulário jurídico da época não nomeassem a violência intrafamiliar como problema de gênero — e muito menos

como uma forma de violação de direitos humanos —, as pesquisas contemporâneas (Kennedy et al., 2024) demonstram que os padrões atuais de violência doméstica possuem raízes históricas ancoradas na colonialidade de gênero sobre o corpo, na racialização das relações de trabalho e na naturalização do lar como espaço de invisibilidade e impunidade.

A violência doméstica permanecia amplamente silenciada nos discursos jornalísticos, médicos e governos tendiam a deslocar para as mulheres a responsabilidade pela harmonia familiar e pelo controle da moralidade privada. Na Paraíba, a combinação dessas dinâmicas gerou um cenário em que o corpo feminino, simultaneamente responsabilizado pela criação dos filhos e pela manutenção da casa, encontrava-se vulnerável em um espaço doméstico que operava como *locus* de disciplinamento e de controle.

Assim, a domesticidade paraibana não pode ser compreendida apenas como atribuição moral ou papel de gênero, mas como parte de um regime socioeconômico e político que captura o trabalho doméstico das mulheres, despolitiza seu esforço cotidiano e legitima formas de vulnerabilidade, inclusive a violência doméstica, como se fossem eventos naturais da vida familiar. Além disso, a ausência de políticas públicas de proteção às mulheres e o predomínio das desigualdades sociais associavam a violência a “desvios comportamentais”, “crises familiares” — “brigas de casais” — ou “falta de orientação moral”, distorcendo as relações estruturais de poder e de gênero que operavam dentro do lar.

A imprensa local, ao mesmo tempo em que examinava a moralidade feminina e reforçava o ideário de que a mulher pertencia ao âmbito doméstico, contribuía para a construção de uma narrativa que naturalizava as agressões domésticas, apresentando-as como conflitos privados ou de menor relevância social. Como afirma Rita Segato, “se ao abrigo do espaço doméstico o homem abusa das mulheres que se encontram sob sua dependência porque pode fazê-lo, quer dizer, porque estas já formam parte do território que controla, o agressor que se apropria do corpo feminino em um espaço aberto, público, o faz porque deve para mostrar que pode.” (Segato, 2005, p. 275).

Do ponto de vista biopolítico, a violência doméstica funcionava como mecanismo de disciplina e controle sobre os corpos femininos, operando

paralelamente ao discurso higienista sobre maternidade e à vigilância moral exercida por médicos, juristas, religiosos e autoridades civis-militares. A partir do referencial de Kennedy et al. (2024), é possível interpretar essas dinâmicas como parte de um *continuum* de violência de gênero que, historicamente, regula a autonomia feminina e restringe seu acesso aos recursos materiais e simbólicos necessários. A articulação entre as desigualdades produzidas pela modernização conservadora da ditadura, a precarização das mulheres pobres e a moralização da maternidade revela que a violência doméstica não era uma anomalia social, mas uma ferramenta estrutural racional do dispositivo que sustentava a própria ordem patriarcal e estatal vigente, vista como “problema privado”.

À luz das teorias de Giorgio Agamben (2010), observou-se que o lugar social das mulheres destinado ao lar se aproximava daquilo que o autor denomina *vida nua* — formas de vida expostas à violência sem que essa exposição produzisse indignação pública ou intervenção institucional. A mulher que sofria violência doméstica, inclusive psicológica, constituía-se um sujeito cuja vulnerabilidade era socialmente administrada: o Estado militarizado, preocupado com a manutenção da ordem pública e com a preservação do modelo familiar nuclear moralizado, operava a *biopolítica da indiferença*, por meio da qual a dor e o sofrimento femininos não eram politizáveis. Essa lógica de violação aos direitos humanos se expressava de modo marcado na Paraíba, onde delegacias, juizados e dispositivos médicos e jurídicos reproduziam discursos que legitimavam a autoridade masculina e responsabilizavam as vítimas, contribuindo para a persistência de práticas que transformavam o lar em um *espaço de exceção* cotidiano. Assim, a violência doméstica não constituía um desvio, mas um *efeito tanatopolítico*: isto é, a produção seletiva de vidas passíveis de abandono, cuja integridade física podia ser sacrificada em nome da preservação de uma ordem patriarcal que garantia a estabilidade moral e social do regime ditatorial.

Essa dinâmica permite compreender como, especialmente na Paraíba, o ambiente doméstico tornou-se um *locus* de produção, naturalização e silenciamento de vulnerabilidades — fosse pelo peso do trabalho invisível, pela violência doméstica, pela dependência econômica ou pela colonialidade de gênero. A moralização funcionava como dispositivo *biopolítico* que captura a mulher enquanto *vida nua produtiva*: indispensável para a reprodução biológica e moral da família, mas mantida

fora dos circuitos formais de reconhecimento do trabalho. Na Paraíba, isso se manifestava na transformação do trabalho doméstico e materno em obrigação moral permanente, o que naturalizava sua invisibilidade econômica e simbólica. Tal estrutura aprofundava processos de vulnerabilidade corporal, uma vez que o corpo feminino se tornava não apenas o meio de produção do lar, mas também o alvo privilegiado de violências sistematicamente naturalizadas pelas instituições policiais, jurídicas e médicas da época.

Durante as décadas de 1960 e 1970, a maioria dos casos de agressões contra mulheres era sistematicamente desqualificada como “assuntos de família”, o que reduzia a intervenção estatal a registros burocráticos e conciliações que devolviam as vítimas ao espaço onde a violência se repetia — um mecanismo que possibilita compreender o lar paraibano como *espaço de exceção* no qual as mulheres eram reduzidas à condição de *vida nua*. Ao problematizar a forma como o Estado brasileiro — especialmente na Paraíba/Nordeste — não apenas valorizava o “rebento saudável” como sujeito emblemático da nação, Ramos (2023) demonstra como aquele discurso desconsiderava a integridade corporal das mulheres. Enquanto políticas sanitárias enalteciam o ideal de maternidade patriótica, práticas institucionais permitiam que mães fossem violentadas no interior das próprias casas. Desse modo, o Estado paraibano oferece um caso paradigmático de *tanatopolítica de gênero*: vidas femininas administradas como descartáveis, mesmo quando seus corpos eram requeridos como garantia da renovação biológica e moral da nação.

Segato (2005) notou ainda que a violência possui também uma dimensão expressiva: ela comunica o domínio e demonstra a capacidade de uma vontade controlar outra. Domínio, soberania e controle constituem, para a autora, o universo de significação dessa violência (Segato, 2005, p. 271). As agressões e o seu silenciamento institucional reafirmavam hierarquias familiares, restringiam a autonomia feminina e convertiam o espaço doméstico em território de exercício cotidiano da autoridade masculina. Essa prática social era reforçada por instituições jurídicas, policiais e médicas que tratavam agressões como “assuntos domésticos”, reforçando a ideia de que a mulher que falha no trabalho doméstico rompe a ordem moral do lar, naturalizando, assim, a vulnerabilidade como parte constitutiva da feminilidade.

Mobilidades e resistências feministas: da apropriação à reexistência

De outra parte, Joana Maria Pedro (2012) mostra que durante o feminismo de Segunda Onda, as feministas brasileiras começaram a questionar o trabalho doméstico visto como um encargo sobre as mulheres que as impediriam de ascender em carreiras profissionais de prestígio. Elas “queriam que os homens dividissem com as mulheres os afazeres domésticos e, mais, que o Estado fizesse sua parte construindo creches nas quais as crianças pudessem ficar enquanto elas iam para o trabalho” (Pedro, 2012, p. 251). Até hoje, conforme mostra a autora, a demanda de que o trabalho doméstico não recaia somente sobre os ombros das mulheres, mas seja dividido com os homens e o Estado, permanece, pois ainda não foi atendida ao contento. Poucas mulheres podem contar com a participação do companheiro nas tarefas do lar e na educação e cuidados com os filhos.

A violência contra as mulheres mediada pelas práticas e expectativas do trabalho doméstico pode ser compreendida, à luz de Boussaguet e Faucher (2024), como encenação simbólica por meio da qual o lar funciona como palco de reprodução cotidiana de papéis de poder generificados. Para as autoras, políticas e discursos públicos constroem “representações performativas” que legitimam determinadas hierarquias sociais; aplicando essa perspectiva ao universo doméstico, observa-se que a divisão sexual do trabalho opera como uma coreografia repetida que reafirma a autoridade masculina e a subordinação feminina. Assim, quando mulheres são cobradas, vigiadas ou punidas por não corresponderem às expectativas de limpeza, cuidado e disponibilidade emocional, a violência não emerge como ato isolado, mas como parte de um roteiro socialmente reconhecido, no qual o homem é autorizado a corrigir, disciplinar e controlar.

Desde as suas primeiras mobilizações, as feministas buscaram transformar as modalidades do viver-juntos, uma ambição que se refinou e se fortaleceu ao sabor das épocas e das batalhas: conquistar o estatuto de sujeitos de direito e participar da vida política, acabar com a divisão entre a esfera privada-doméstica-feminina-inferior e a esfera social-política-masculina-superior, reivindicar para as mulheres uma liberdade efetiva e uma igualdade real.

Ao discutir sobre a supervalorização da maternidade e da criança, a professora e artista Cátia de França¹¹, durante entrevista no jornal *A União*, João Pessoa, no dia 17 de março de 1970, afirmou que havia por parte dos “jovens uma vontade de viver intensamente, de amar a quem quer que seja. Eles inspiravam os devaneios, a revolta contra os padrões preestabelecidos. Suas palavras eram correntes em termos de referência de um processo histórico maior que já vinha sendo desencadeado desde a década de 1960, considerada a “época de ouro”, e ganhava maior visibilidade no período da ditadura civil-militar, bem como em outros países da América Latina que estavam sendo presididos por ditadores. Embora o discurso de Cátia de França não abordasse diretamente o trabalho doméstico e a maternidade, sua produção artística permite articulações com o corpo feminino como território de resistência¹² e com a recusa simbólica da mulher confinada ao espaço doméstico. Suas ideias contribuíam para a circulação de críticas aos padrões femininos estabelecidos.

Rachel Soihet (1997) observa que um aspecto distintivo das reivindicações femininas — para além da igualdade política e salarial — consistia na demanda por direitos sociais e proteção social, especialmente no que tange às mães e à maternidade. Outra das conquistas foi a construção de creches para acolher os filhos enquanto elas trabalhavam, contribuindo, assim, com a renda familiar. Isso ocorria porque a maioria delas tinha de deixar os filhos trancados sozinhos em casa sob os cuidados dos irmãos maiores, ou era obrigada a deixá-los com pessoas que não conheciam ou que, supostamente, não tinham as qualificações mínimas para cuidar e/ou educá-los.

Em *Agir em situações de vulnerabilidade* (2003), Vivianne Chatel e Marc-Henri Soulet observaram como determinados grupos sociais são produzidos e reconhecidos publicamente a partir de regimes de fragilização das capacidades de ação. A noção de vulnerabilidade, para os autores, não consiste em uma característica “natural”, mas em um efeito estrutural de relações sociais, institucionais e simbólicas que limitam a agência, o reconhecimento e a autonomia dos indivíduos. Suas análises são fundamentais para compreender o trabalho doméstico — frequentemente

11 Artigo de opinião de Cátia de França. “Feminilidade na maneira de o ser”. *A União*, João Pessoa, 17 de março de 1970, p. 8.

12 *Ibidem*, p. 8.

naturalizado como extensão “espontânea” da vida feminina — como um regime de vulnerabilização socialmente organizado.

Assim, é possível problematizar o espaço doméstico não como neutro, mas como um território no qual se entrecruzam relações de dependência, controle e invisibilização. A mobilidade materna que abrangia limpeza, cuidado, organização cotidiana e deslocamentos entre a casa, a escola, os serviços de saúde e os mercados configura, em si, uma forma de trabalho doméstico, ainda que socialmente naturalizada como expressão de “dedicação materna”. Para Marie Gilow (2018), o trabalho doméstico deve ser entendido como um conjunto híbrido entre tarefas físicas e um trabalho de coordenação logística que envolve planejamento, comunicação, circulação e presença. Trata-se de um esforço que consome tempo, energia e recursos, mas que, por estar associado à maternidade, é invisibilizado enquanto trabalho. Essa mobilidade é estruturada por desigualdades de gênero e orientada por obrigações morais atribuídas às mulheres sob a rubrica da responsabilidade materna.

O trabalho doméstico produz material e simbolicamente o lar e, ao mesmo tempo, mantém as mulheres em posições de vulnerabilidade. A primeira delas é estrutural: a divisão sexual do trabalho atribui às mulheres a responsabilidade considerada “natural” pelo funcionamento da casa. Trata-se de um enquadramento político e social que, segundo Chatel e Soulet (2003), restringe suas possibilidades de agência e limita sua circulação entre diferentes esferas da vida social, inclusive o acesso à formação universitária. A segunda é relacional, ou seja, no interior das famílias, as dependências econômica, afetiva e moral produzem assimetrias que contribuem para tornar o trabalho doméstico invisível e, frequentemente, não reconhecido como trabalho.

A imposição da maternidade como encargo prioritário das mulheres pobres potencializava a intensificação de sua vulnerabilidade (Chatel; Soulet, 2003), compreendida aqui como um dispositivo que aprofunda processos de exclusão: a mãe é convocada a “atuar” em múltiplas frentes de cuidado, reproduzindo a ideia de responsabilidade integral pelo ambiente doméstico. O labor materno é construído como obrigação moral, e não como uma atividade socialmente reconhecida. A moralização da maternidade, descrita por Elisabeth Badinter (1985) — segundo a qual o zelo materno é concebido como expressão natural da feminilidade e dever afetivo

inquestionável —, articulou-se a um regime amplo de administração da vida que incidia de forma desigual sobre os corpos femininos. Tal configuração era central para legitimar o confinamento das mulheres ao lar, reforçando uma estrutura que as mantinha dependentes dos salários masculinos e das normas patriarcais.

Essas vulnerabilidades também se manifestavam por meio de deslocamentos cotidianos realizados pelas mulheres das classes populares entre bairros e zonas rurais para ter acesso a escolas, postos de saúde e programas sociais. Tais deslocamentos são indicativos do que Gilow (2018) denomina “dimensão logística do trabalho materno”. Ou seja, a mobilidade não significa necessariamente autonomia, mas expressa sobrecarga feminina: é o corpo da mãe que estabelece a conexão entre a casa, o Estado e os serviços públicos, assumindo os deslocamentos indispensáveis à manutenção da família nuclear. O espaço público configurava-se uma extensão das responsabilidades domésticas e maternas atribuídas às mulheres.

Considerações finais

As análises demonstram que a vulnerabilidade simbólica se relacionava à desvalorização social do cuidado, mesmo quando produzia condições concretas de vida para todos. O corpo feminino aparece como produtor do espaço em que se opera através de marcas corporais: cansaço, repetição, desgaste, disposição física para o cuidado e permanência contínua no lar. O corpo feminino, inscrito numa economia moral de cuidado, tornava-se meio de produção do espaço doméstico (o lar existe porque há trabalho corporal que o mantém); suporte das desigualdades de gênero (é o corpo que limpa, amamenta, cozinha, vigia, organiza); e sede da vulnerabilização (o corpo exausto, mas sempre disponível e presente).

Assim, a maternidade moralizada, longe de constituir proteção, operava como eixo de controle por parte dos governos estatais: exigia-se das mulheres a preservação da vida infantil e a manutenção do lar, enquanto a sua própria integridade física permanecia politicamente irrelevante. Desse modo, o cotidiano doméstico configurava-se como um espaço de exceção ordinária, no qual o corpo materno sustentava a vida da família sem que sua própria vida fosse reconhecida como digna de cuidado ou de direitos. Portanto, o trabalho doméstico também era um catalisador

da vulnerabilidade entendida como produção social, evitando explicações individualizantes acerca do lugar das mulheres ao lar — um espaço vulnerável porque sua organização dependia de práticas moral e politicamente constituídas no cotidiano.

Desse modo, o trabalho doméstico não apenas organizava a vida cotidiana das mulheres pobres, mas atuava como mecanismo de disciplinamento, definindo quais comportamentos, gestos e ritmos corporais eram esperados delas. A análise acerca de corpos-territórios recoloca em cena as experiências cotidianas: a circulação das mulheres entre a casa, o trabalho e os serviços de saúde; a intervenção obstétrica; e as formas institucionais de vigilância social. A introdução de tecnologias contraceptivas e a expansão de campanhas de saúde pública durante aquelas décadas — quando articuladas a discursos moralizadores sobre família e “ordem” — devem ser entendidas como dispositivos que reconfiguraram a relação entre corpo e território doméstico, impondo limites à autonomia reprodutiva e transformando a maternidade em um assunto de governo. Todavia, apesar de tais entraves, muitas daquelas mulheres exerciam uma autonomia relativa no âmbito privado e na esfera familiar — em particular as mães solteiras ou separadas —, conseguindo conciliar a maternidade com a participação no mercado de trabalho, por mais precária, intermitente e mal remunerada que essa inserção fosse.

Referências

ABREU, Maira. *Nosotras: feminismos latino-americano em Paris*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21 (2): 336, maio-agosto, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. 9. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOUSSAGUET, Laurie; FAUCHER, Florence. *Symbolic Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABNAL, Lorena. Corpo-território e território-terra: feminismo comunitário na Guatemala. Entrevista por Jules Falquet. In: MOLINIER, Pascale et al. (org.). *Nouvelles menaces, nouvelles analyses au Nord et au Sud*. Paris: L'Harmattan, 2015. (Cahiers du genre, n. 59), p. 73-89. Disponível em: <https://cahiersdugenre.cnrs.fr/2015/numero-59/>. Acesso em: 01 jan 2026.

CIPRIANO, Maria do Socorro. *A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CHATEL, Vivianne; SOULET, Marc-Henri (dir.) (2003), *Agir en situation de vulnérabilité*, Québec, Presses universitaires de Laval. Disponível em: journals.openedition.org. Acesso em: 19 dez 2025.

FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle; LABARI, Brahim; LE FEUVRE, Nicky; SOW, Fatou (org.). *Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010. 278 p. Disponível em: https://storage.gra.cloud.ovh.net/v1/AUTH_3877b9485d06455c8b7c11a9fadaeb2d/attachments/original/4/0/4/002591404.pdf. Acesso em: 19 dez 2025.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.9, n. 20, p.05 - 74. jan./abr.2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005/6755>. Acesso em: 02 jan 2026.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan 2026.

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. *Corporeality, Space, and Everyday Practice*. London: Routledge, 2010.

KENNEDY, A. C. *et al.* Ce fournisseur est-il digne de confiance ? Une revue du rôle de la fiabilité dans la prestation de services communautaires aux survivants de violence domestique. *Trauma, Violence, & Abuse*, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 982-999, 2024. DOI <https://doi.org/10.1177/15248380231168641>. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/15248380231168641>. Acesso em: 2 jan. 2026.

LINDSAY, L. A. (2003). *Working with Gender: Wage Labor and Social Change in Southwestern Nigeria*. Portsmouth, NH: Heinemann. Disponível em: <https://digitalcommons.cortland.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1162&context=wagadu>. Acesso em: 05 jan 2026.

LONGHURST, R. A geografia mais próxima do corpo... a política da gravidez. *Australian Geographical Studies*, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 214-223, 1994. DOI doi.org/10.1080/14488599408839388. Disponível em: [doi.org](https://doi.org/10.1080/14488599408839388). Acesso em: 5 jan 2026.

MICHELETTO, Beatrice Zucca. *Travail et propriété des femmes en temps de crise (Turin, XVIIIe siècle)*. Mont-Saint-Aignan: Presses universitaires de Rouen et du Havre, 2014. 250 p. *Genre & Histoire*, n. 15, automne 2014-printemps 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/genrehistoire/2085>. Acesso em: 20 dez. 2025.

MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; FALQUET, Jules. Gênero e meio ambiente: novas ameaças, novas análises no Norte e no Sul. *Cadernos de Estudos de Gênero*, [S. l.], n. 59, p. 272, 2015. Disponível em: <https://cahiersdugenre.cnrs.fr/2015/numero-59/>. Acesso em: 01 Jan 2026.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de Segunda Onda. Corpo, prazer e trabalho. In: *Nova História das Mulheres*. (Orgs) Carla Bassanezi e Joana Maria Pedro. - São Paulo: Contexto, 2012.

RAMOS, Gilmária Salviano. *Corpos medidos: gênero, violência e justiça na Paraíba (1950-1970)*. Curitiba: CRV, 2023.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juárez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 265-285, maio/ago. 2005.

SILVA, Fábio Ronaldo da; NUNES, Rodrigo Lima; MONTENEGRO, Rosilene Dias. Arquivos jornalísticos: impressões de uma memória. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 18, n. 22, p. 157-165, 2005. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2248>. Acesso em: 14 jul. 2026.

SOIHET, Rachel. Histórias das mulheres. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)*. Doutorado em História. UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2001.